

13ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

HISTÓRIA

PROCESSANDO O MORRER: O PAPEL DOS TESTAMENTEIROS NAS CONTAS TESTAMENTÁRIAS E NOS TESTAMENTOS DO RIO DE JANEIRO COLONIAL: 1700-1765

¹Iury Matias Soares (IC-UNIRIO); ¹Cláudia Rodrigues (orientador).

1- Departamento de História; Escola de História; Centro de Ciências Humanas e Sociais; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Apoio Financeiro: UNIRIO

Palavras-chave: Juízo Eclesiástico; contas testamentárias; testamentos; testamenteiros.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho está vinculado ao projeto “As reformas pombalinas e a prática testamentária no Rio de Janeiro colonial” desenvolvido pela professora Cláudia Rodrigues, que procura investigar, no âmbito da História da Morte, o impacto das reformas pombalinas sobre a prática testamentária na cidade do Rio de Janeiro, no contexto da crise do colonialismo luso na América (1750-1822). O foco é a legislação implementada pelo Marquês de Pombal que visava limitar a redação dos testamentos que privassem os herdeiros legítimos em favor das associações religiosas regulares ou seculares. Neste pressuposto, a pesquisa original visa analisar as leis testamentárias e identificar seu impacto sobre o conteúdo e a forma dos testamentos redigidos na freguesia da Sé/Santíssimo Sacramento da Antiga Sé, na cidade do Rio de Janeiro, em um período compreendido entre 1750 e 1822. Em dado momento de seu projeto, a professora orientadora passou a ter acesso a um novo fundo documental, no arquivo da Cúria Metropolitana, que são as prestações de contas dos testamentos. Dessa maneira, comecei a minha pesquisa me dedicando à transcrição destes documentos. Paralelamente a isso, passei a me dedicar também ao trabalho de leitura e identificação das partes dos testamentos já coletados ao longo da pesquisa, pelos demais colegas de orientação, com vistas a alimentarmos o banco de dados de testamentos que está sendo construído pela professora Cláudia. Com o passar do tempo, a realização articulada destas duas atividades me levou a dirigir meu olhar para o papel dos testamenteiros, tanto no momento da redação do testamento como no período em que eles passavam a prestar contas no Juízo Eclesiástico. Com isso, será possível identificar de que forma as disposições testamentárias eram cumpridas, ou não, pelo testamenteiro – a pessoa que aceitava a designação feita pelo testador para dar cumprimento às determinações estabelecidas no seu testamento – e a existência de possíveis disputas familiares envolvendo heranças, questionamentos de gastos com legados pios, falta de cumprimentos em prazos pré-determinados etc.

OBJETIVO

A partir da análise das contas testamentárias coletadas e transcritas e da identificação do conteúdo dos testamentos, pretende-se analisar a forma como o testador elegia seu testamenteiro e como este dava cumprimento às “últimas vontades” do testador, até a implantação das leis testamentárias por Pombal, a partir de 1765. Assim, num estudo ainda introdutório – em relação ao qual pretendo direcionar meu TCC –, buscarei identificar as características dos escolhidos executores testamentários, e de sua ação no cumprimento do testamento, antes das reformas pombalinas.

METODOLOGIA

Esta pesquisa parte da transcrição dos processos de contas testamentárias, existentes na seção de CONTAS TESTAMENTÁRIAS presente no Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro – processos elaborados ao longo do século XVIII e início do século XIX. Uma vez que existem no fundo 350 processos relativos aos séculos XVIII e XIX, serão selecionados para análise apenas aqueles relativos aos testamentos que tiverem sido copiados dos livros de registros de óbitos e testamentos pelos demais bolsistas, uma vez que esses registros estejam relativos ao período anterior às reformas pombalinas. Com as informações provenientes da leitura direta dos testamentos, será possível compreender melhor as incumbências pertinentes ao testamenteiro, detectar os critérios e condições da escolha dos testadores daquelas pessoas que cumpriram suas “últimas vontades”, o perfil dos testamenteiros, as recomendações do testador, etc. A partir do banco de dados que está sendo construído, poderei focar as informações específicas sobre quem poderia ser este importante agente da confiança do testador. Em relação às contas testamentárias, será possível identificar a relação entre o que foi determinado pelo testador e o seu cumprimento – ou não e porque – pelo testamenteiro no Rio de Janeiro colonial. Diferentemente dos testamentos, as contas testamentárias serão analisadas através do método qualitativo, identificando os elementos relacionados à ação do testamenteiro.

RESULTADOS

Segundo as Constituições do Arcebispado da Bahia, a execução dos testamentos competia ao mesmo tempo ao foro da justiça eclesiástica (Juízo Eclesiástico do Rio de Janeiro) e secular (Provedoria das capelas e dos Resíduos). Para que não houvesse conflitos entre as duas jurisdições, desde o século XVII (1621-23) o Papa Gregório XV estabeleceu uma concordata que determinava a alternância das execuções dos testamentos entre o Juízo Eclesiástico e a justiça secular. Assim, os testamentos das pessoas falecidas nos meses ímpares (janeiro, março, maio, julho, setembro e novembro) pertenceriam à justiça eclesiástica e os das pessoas que falecessem nos meses pares (fevereiro, abril, junho, agosto, outubro e dezembro) estariam atrelados à alçada da justiça secular. Neste sentido, o Juízo Eclesiástico do Rio de Janeiro e

13ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

a Provedoria das capelas e dos Resíduos tinham a função de fiscalizar o cumprimento das disposições testamentárias deixadas nos testamentos. Para isso, era aberto um processo, que chamava-se de CONTA TESTAMENTÁRIA. Através dessa conta, os testamenteiros prestavam contas ao Resíduo do cumprimento das disposições feitas pelos testadores em seu instrumento de “última vontade” (testamento). Para tanto, era preciso anexar ao processo o testamento e os recibos da quitação dos chamados legados pios instituídos pelo testador (diferentes tipos de esmolas, doações, missas, gastos com os funerais, dentre outros). As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia – obra elaborada em 1707 e publicada em 1720 que buscou estabelecer a regência da vida religiosa no Brasil Colônia - determinava os procedimentos a serem adotados desde a feitura do testamento até o seu cumprimento pelos testamenteiros. Segundo as Constituições, competia ao Juiz dos Resíduos a fiscalização dos testamentos, codicilos e outras últimas vontades dos defuntos que falecerem nesta cidade e seus subúrbios, nos meses que na alternativa lhe pertencem pela concordata, principiando o eclesiástico no mês de janeiro. Daí, para efeito de tomar conta e ver se estão sendo executados, mandará no tempo devido citar os testamenteiros ou herdeiros obrigados a cumprir e exercer qualquer última vontade, para darem conta e mostrarem se têm cumprido; e contra os que o não tiverem feito, procederá na forma de direito regulado pelas Constituições Primeiras. No Rio de Janeiro, a função do Juiz dos Resíduos era realizada pelo Vigário Geral (que poderia acumular outras funções dentro do Juízo). Ou seja, este sacerdote tinha como função fiscalizar se os testamenteiros agiam efetivamente de acordo com as disposições testamentárias. Essa fiscalização era feita através da exigência de comprovantes, na forma de recibos e quitações, de que as “últimas vontades” do testador haviam sido cumpridas. Caso o testamenteiro não se mostrasse apto a cumprir alguma disposição do testamento, o Juízo Eclesiástico trazia o nome do testamenteiro em audiência pública para que tal agente prestasse contas, estando sujeito à punições da Justiça caso suas explicações não fossem satisfatórias. As contas testamentárias existentes no Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, por nós coletadas, contém os testamentos que foram executados pelo Juízo Eclesiástico nos meses ímpares. Até o presente momento foram coletados e transcritos três processos, de uma primeira leva de seis contas testamentárias previamente selecionadas, tendo como caráter para seleção as contas cujos testamentos já foram transcritos por outros bolsistas, que integram o grupo de pesquisa e que compõem o banco de dados de testamentos da pesquisa da professora orientadora.

CONCLUSÃO

A obrigação da prestação de contas por parte do testamenteiro está expressa nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia: “(...) serão os testamenteiros obrigados a dar conta do que receberam e despenderam pelas almas dos defuntos, como e quando por eles foi mandado, ou as despesas hajam de ser em coisas certas pelos testadores declaradas, ou sejam deixadas em arbítrio dos testamenteiros; as quais contas serão obrigados a dar com toda a distinção e clareza”. Ao testamenteiro era dada a possibilidade de requerer um prazo maior desde que apresentasse uma “justa causa” para não ter dado cumprimento no prazo inicial. O testamenteiro deveria anexar ao processo da conta testamentária as quitações como forma de demonstrar que as disposições foram cumpridas. É curioso também notar que as atribuições do testamenteiro, geralmente, poderiam não ser tão simples. Pois, entre outros motivos, o testador poderia ter deixado tantas dívidas quanto bens e legados pios a serem executados. Consta no processo testamentário de Miguel Arias Maldonado, de 1750, que o Padre Vidal Arias Maldonado foi designado pelo testador, que era seu pai, para ser o testamenteiro (nomear clérigos não era uma prática incomum de acordo com os registros). No entanto, o Padre posteriormente renunciou e delegou a função de testamenteiro a terceiros. Possivelmente, a desistência da incumbência pode ter sido devido às atribuições contidas no testamento do pai, que morreu sendo devedor de muitas pessoas. Esse documento assinado por Vidal revela a outorga da função: “Que esta por mim vista e assinada [] uma causa que nomeie Niculao Viegas de Proença, e os herdeiros [de] sua mãe D. Agueda de Proença, como testamenteiro de meu pai o Coronel Miguel Arias Maldonado, (fazo) meus bastantes procuradores a Irmandade Doutores José de Meireles Barboza, e José Faria Magalhães (crasto) licitador Antônio Teixeira para que todos juntos, e cada um de per si, por isso de querer e legar tudo o que for do bem da dita causar, apelar, agravar, jurar em minha alma (o) calúnia, ou outro qualquer lícito juramento [] o que lhe dou todos os poderes que em direito [posso], e mo as concedidas (...)”¹

¹ Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro - Fundo CONTAS TESTAMENTÁRIAS Notação 026, folha 6 - MIGUEL ARIAS MALDONADO (testador); VIDAL ARIAS MALDONADO (testamenteiro).

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Joseph. O Testamento no Âmbito da Herança: uma análise demográfica. XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002.
- AGUIAR, Rhulio Rodd Neves de. “Justiça Eclesiástica e Ação Inquisitorial nas Minas Setecentistas: o Casamento do Padre José Rodrigues Pontes”.
- ARIÈS, Philippe. História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- AZEVEDO, João Lúcio de. O Marquês de Pombal e a sua época. São Paulo: Alameda, 2004.
- BASSANEZI, Maria Silvia. Registros paroquiais e civis: os eventos vitais na reconstituição da história In: PINSKY, Carla Bassanezi e DE LUCA, Tania Regina (orgs.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2011.
- BURKE, Peter. O que é História cultural? Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- CAMPOS, Adalgisa Arantes. A terceira devoção do setecentos mineiro: o culto a São Miguel e Almas. São Paulo, mimeo, USP, 1994. (tese de doutorado);
- CHARTIER, Roger. A História cultural entre práticas e representações. Lisboa; Rio de Janeiro: Difel; Bertrand Brasil, 1990.
- CHAMON, Carla. O Bem da Alma: A terça e a tercinha do defunto nos inventários do séc. XVIII da Comarca do Rio das Velhas. VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, nº 12, Dezembro/93, p. 58-65.



13ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

CRUZ, Elias Felipe de Souza. "As visitas Diocesanas nas Minas Setecentistas: Poder episcopal e sociabilidades na Comarca do Rio das Mortes durante a primeira metade do século XVIII". Juiz de Fora: UFJF, 2009.

DA SILVA, Marilda Santana. "Normas e padrões do Tribunal Eclesiástico Mineiro 1750-1830 e o Modo de Inserção das Mulheres neste Universo Jurídico". Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

DIAS, Renato da Silva. "Frades Desviantes: o Cotidiano e os Conflitos com os Eclesiásticos nas Minas Setecentistas". In.: _____. História e Perspectivas. Uberlândia: Ufu, 2012.

DOS SANTOS, Patrícia Ferreira. "O Episcopado na Colonização: Deliberações e Mediações da Justiça Eclesiástica do século XVIII". São Paulo: USP, 2011.

DOS SANTOS, Patrícia Ferreira. "Poder e Palavra: discursos, contendas e direito de padroado em Mariana (1748-1764)". São Paulo, 2007.

FILHO, Milton. À luz do cabedal: acumular e transmitir bens nos sertões de Curitiba (1695 - 1805). 2005. 134f. Tese (Mestrado em História) - Setor de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2005.

PAIVA, Eduardo. Frágeis fronteiras: relatos testamentais de mulheres das Minas Gerais setecentistas. Anuario de Estudios Americanos, 66,1, enero-junio, Sevilla (España), 2009, p. 193-219.

MENDONÇA, Pollyanna Gouveia. "Parochos Imperfeitos: Justiça Eclesiástica e Desvios do Clero no Maranhão Colonial". Niterói: Editora da UFF, 2011.

RODRIGUES, Cláudia. Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

VIDE, Sebastião Monteiro da; FEITLER, Bruno; SALES SOUZA, Everton. Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia. São Paulo: EDUSP, 2010.